

ARGENTINA
ENTENDER A HISTÓRIA PARA TRANSCENDER A CRISE
(Agosto/2002)

Franklin Trein

1. INTRODUÇÃO

O resultado da análise de um objeto depende não só da escolha das variáveis que irão representá-lo, mas ainda da relação entre si em que elas serão tomadas. A tarefa se torna mais difícil ainda quando o objeto a ser examinado é uma formação social marcada pela riqueza de sua trajetória histórica. Esta é a situação particular da Argentina, um país formado por razões muitas vezes inibidas por seus sentimentos.

A extrema crise em que se encontra a Argentina neste momento conduz, freqüentemente, a uma busca de entendimento de sua realidade através do exame dos problemas de sua economia. A tarefa é válida, até porque indispensável para uma correta avaliação das dimensões da catástrofe social que se abate sobre a sociedade argentina. Porém, não é suficiente. Sua crise econômica é mais consequência do que causa. Esta é a tese que pretendo alinhar a seguir.

Como disse, o objeto de análise é complexo e em poucas palavras não será possível construir uma demonstração no sentido pleno da palavra. Farei breves referências a fatores que, a meu juízo, permitem entender como a situação atual da Argentina é resultado tanto de condicionantes externos como de opções assumidas por forças majoritárias internas, que vêm marcando sua história desde os seus tempos coloniais.

2. O PASSADO

A nação argentina é resultado do trabalho de construção dos imigrantes europeus, principalmente, espanhóis e italianos, que ali chegaram em números expressivos entre 1870 e 1950. Porém sua história começou muito antes. Desde o início da conquista das terras americanas pelos ibéricos, ainda no começo do século XVI, quando os europeus ali chegados eram quase que exclusivamente espanhóis, se cumpriu em território argentino o mesmo propósito: destruir as sociedades humanas pré-colombianas que iam sendo encontradas como parte da obra de construção de uma nova civilização. Os primeiros colonizadores enfrentaram grandes resistências por parte dos habitantes daquelas terras e a primeira vítima registrada pela história foi Juan Díaz de Solís, descobridor do rio da Prata. Díaz de Solís foi morto em uma emboscada pelos índios da região em 1516. Mais tarde, em 1541, Santa María del Buen Aire, fundada em 1536 por Pedro de Mendoza, teve que ser abandonada, por não resistir ao cerco que lhe foi imposto pelos nativos. A capital argentina só voltou a ser habitada em 1580, então com o nome de Santa María de los Buenos Aires e sob a proteção de Juan de Garay.

Em outras palavras, o confronto entre espanhóis e populações nativas marcou profundamente a conquista de todo um vasto território, que se estende por quase 2,8 milhões de km², contrastado pelas infundáveis planícies, que começam no Chaco, ao norte, seguem pelo Pampa, no centro, e alcançam a Patagônia, ao sul, delimitadas a oeste, em toda a sua extensão, pela Cordilheira dos Andes.

As lutas freqüentes entre nativos e conquistadores exigiu força e determinação, criou obstáculos mas não impediu que uma nova sociedade se estabelecesse e, em menos de dois séculos, já se tivesse cumprido um ciclo histórico na formação do país.

Ainda no século XVI os espanhóis chegaram às regiões mais profundas do território argentino e fundaram importantes cidades como Santiago del Estero, Tucumán, Salta, Jujuy, ao norte, Córdoba, Santa Fe, San Luis, Mendoza, um pouco mais no centro do país. Foi um período em que as atividades econômicas, baseada na criação de gado extensiva, se estendiam por vastas regiões do interior, deixando Buenos Aires em visível posição de inferioridade econômica e política.

Tucumán, situada no noroeste do território argentino, foi sua cidade mais próspera por muito tempo, longo dos séculos XVI e XVII. Seu desenvolvimento era sustentado pela mineração na região do Alto Peru, hoje Bolívia. A meio caminho para Buenos Aires, florescia a cidade de Córdoba, onde, em 1613, foi fundada a primeira universidade. As atividades econômicas ligadas à mineração e à pecuária promoviam o crescimento das regiões do interior do território argentino e com ele uma cultura que lhe era muito própria.

O espanhol, que povoou o vice-reinado do Peru, ao seguir para a América do Sul, deixava na Península Ibérica terras áridas, exauridas por séculos de exploração; um clima semi-desértico e uma topografia acidentada, corrigida, muitas vezes, por terraças construídas e conservadas cuidadosamente ao longo de milênios.

Na Argentina, na maior parte de seu extenso território o europeu encontrou tudo ao contrário da Espanha. Planícies intermináveis, que se estendem para muito além de onde a vista alcança. Solos férteis, entre os mais profundos de que se tem conhecimento. Clima favorável às atividades no campo. Quando, ao norte, o terreno fica mais acidentado e o clima mais árido, tornando a agricultura e a pecuária menos convenientes, o subsolo se apresenta rico em minerais. Ali estão, atualmente, os principais campos de exploração de petróleo.

As atividades agrícolas, em menor volume, e a pecuária extensiva, que até as primeiras décadas do século XIX se destinava somente a exploração do couro e um pouco de carne seca e salgada, o charque, exigiam baixos investimentos e garantiam rendimentos seguros, sem que fosse necessário agregar àqueles produtos qualquer valor decorrente do uso de novas tecnologias. Nas palavras de Sarmiento: “La procreación espontánea forma y acrece indefinidamente la fortuna: la mano del hombre está por demás; su trabajo, su inteligencia, su tiempo, no son necesarios para la conservación y aumento de los medios de vivir” (Sarmiento, 1963/33)

O contraste com a situação no Velho Continente e o ganho fácil geravam satisfação e conforto, o que resultava na falta de estímulo à busca de inovação tecnológica de um lado e, de outro, na acomodação com respeito à posição econômica da classe dominante por todo interior do país. Quem não era proprietário de terras, muitas vezes recebidas por favorecimento, era um *gaucho*, miserável, simples serviçal ou mesmo escravo. (Hernández, 1973)

A atividade rural caracterizou a economia argentina por seu pouco dinamismo e quase imobilidade social. Seu setor produtivo permaneceu sempre com uma forte marca extrativista, deixando mais para os serviços as inovações indispensáveis à promoção do desenvolvimento interno e a sua inserção na economia mundial. As atividades no campo estiveram freqüentemente marcadas por uma certa pachorra. Mesmo quando o território estava povoado por uma baixa densidade demográfica, era como se sobrassem braços para o trabalho, como

se a natureza se encarregasse só ela de prover as necessidades de uma sociedade, ela mesma pouco exigente, porque simples, primitiva em seus hábitos. Para Sarmiento faltavam as condições de civilização e de progresso. Assim, para os jovens no campo, entendia o governador de San Juan: “cuando la puberdade asoma, se consagran a domar potros salvajes y la muerte es el castigo menor que les aguarda si en un momento les faltan las fuerzas o el coraje. Con la juventud primera viene la completa independencia y la desocupación.”(Sarmiento, 1963/35)

Embora reconheça a existência da desocupação na economia argentina, a análise de Aguinis difere um pouco da de Sarmiento. Para ele “não havia desemprego e abundava ociosos que não queriam trabalhar. Nós os chamávamos de vagos (vagabundos). Vagos ricos e vagos pobres...Durante a conquista e a etapa colonial, os senhores não trabalhavam: exploravam os índios, mestiços e negros enquanto se dedicavam às aventuras ou ao jogo de azar.”(Aguinis, 44/2002)

Até meados do século XVIII os bens culturais que os comerciantes e os proprietários rurais argentinos consumiam vinham da Europa e com muita frequência da Inglaterra, que se tornou, desde de muito cedo, seu principal parceiro comercial.

A Argentina, colônia da Espanha, não passava de uma terra dadivosa para os bem-nascidos e de um lugar de sofrida sobrevivência para todos os demais. De qualquer forma um território qualquer que se estendia até os confins da América do Sul, em direção ao frio e aos ventos, sempre mais intensos, do Pólo Sul. A dispersão da população por território tão imenso, mesmo tendo-se conta a existências de muitas cidades, como as já lembradas, não chegam a criar as bases para o desenvolvimento de uma sociedade com necessidades públicas a serem satisfeitas. Na Argentina de então não havia uma *res publica*, adverte Sarmiento. O país era formado por grandes propriedades rurais e seus vilarejos, muitos pequenos, só alguns maiores.

A história da Argentina tem sua primeira grande mudança em 1776, quando foi criado o vice-reinado do Rio da Prata. Como capital ficou definida a cidade de Buenos Aires e isto lhe dava jurisdição sobre vastos territórios, que compreendiam o que é hoje o Chile, a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai, além da própria Argentina. Rapidamente se formou uma prospera burguesia comercial em torno do porto da capital, que foi beneficiada com liberação do comércio em 1778. As vantagens para a comercialização, propiciadas pelo porto, atraíram as atividades agropastoris para as regiões mais próximas à Buenos Aires, condenado o interior, até então com alguma prosperidade, a uma rápida decadência. Em menos de 100 anos a província de Buenos Aires passou a concentrar 40% do rebanho de gado e 80% do rebanho de ovino do país. (Ortiz, 1974/171)

Como era de se esperar, as atividades comerciais prosperaram mais rapidamente do que as atividades no campo. A burguesia, que se formou em torno do porto, foi tomada de um súbito ímpeto de desenvolvimento econômico e cultural. Importaram da Europa e dos Estados Unidos não só roupas e peças de mobiliário, como novos hábitos e ainda novas idéias. A independência do país e, antes disso, o sentimento de uma nacionalidade argentina se tornaram temas de debates privados e públicos.

A independência não tardou muito, mas também não veio de uma só vez. Ela começou em 25 de maio de 1810, com a proclamação da nova Junta Governativa das Províncias do Rio da Prata. O movimento de 25 de maio foi precursor de outros movimentos que levaram ao fim do império colonial espanhol no subcontinente sul-americano. Duas correntes se enfrentaram:

nacionalistas, pró Espanha, e liberais, pró Argentina independente. Os primeiros eram forte no interior, no campo, os segundo nas cidade e, principalmente, em Buenos Aires.

Pode parecer que o quadro político, que levou a independência do país e que se manteve ainda por um período de muitas décadas, era simples e claro. Porém a realidade mostrava-se completamente outra. Sarmiento observa, neste sentido, ao examinar a revolução de 1810 (Sarmiento, cap. IV/1963) e, agora, sua análise é corroborada por Aguinis (cap. II/2002). O exame da figura de Artigas¹ serve de fio condutor para a crítica de Sarmiento à confusão que reinou entre as posições das diversas forças políticas que, ao longo do século XIX, lideraram a formação do Estado argentino. Para Aguinis a situação confusa persiste até hoje. “Não se pensa a nação”, diz ele. “Padecemos de uma guerra interna, singular e estúpida como quase todas as guerras. Infringimo-nos um desgaste perpétuo. Não temos a qualidade de vida que desejamos nem a eficiência, nem a decência, nem a segurança tão necessárias porque nós, os próprios argentinos, falhamos em muitas coisas. Não se trata de nos sentirmos culpados e sim de assumirmos o diagnóstico....Custa-nos reconhecer que os freios ao nosso progresso derivam, em primeiro lugar, de nós mesmos. Que estamos debilitados por vícios de origem profundos, que resistimos à disciplina civil e ao altruísmo social.” (Aguinis, 2002/43)

A definitiva independência da Argentina veio em 9 de julho de 1816, por declaração do Congresso de Tucumán. Naquele momento Artigas já havia separado a Banda Oriental, o atual Estado do Uruguai, das Províncias Unidas do Rio da Prata, sem que isto tenha significado a independência daquele país vizinho. Os portugueses do Rio de Janeiro, com o apoio tácito dos monarquistas de Buenos Aires e de Montevidéu, impuseram a sua “ordem” sobre o território uruguaio.

Em Tucumán a situação não era de unanimidade. Disputavam a hegemonia do movimento duas posições: a defendida por San Martín, que exigia a declaração imediata de independência, sem tratar da questão da forma de governo e a de Belgrano, que vinculava a independência à adoção do regime monárquico com a restauração da dinastia incaica de Cuzco.

San Martín se impôs pela armas. Organizou seu exército e derrotou os monarquistas, passando, a seguir, a dar sua contribuição para os movimentos que levaram à independência do Chile e do Peru.

A Inglaterra, que há muito já rondava política e economicamente as Províncias Unidas, aproveitou o divisionismo na região, representado por Artigas, na Banda Oriental, e pela oposição entre San Martín e Belgrano, para firmar definitivamente sua influência. Os ingleses eram os maiores compradores de couro bovino e os principais fornecedores de manufaturados para os argentinos. Isto fazia com que se tornassem aliados naturais da oligarquia comerciante do porto de Buenos Aires, financiando seus negócios e interferindo em suas decisões, ao mesmo tempo em que, com seus produtos, promoviam a quebra da economia artesanal do interior do país.

A transferência do Congresso de Tucumán para Buenos Aires em 25 de setembro de 1816 não contribuiu para a paz de uma sociedade nacional que desde 1810 experimentava contradições e conflitos cada vez mais frequentes e intensos. Monarquistas e republicanos, federalistas e centralistas, comerciantes e produtores rurais, importadores e artesãos: todos se opunham entre si. Havia conflito por todos os motivos e em todos os lugares. Se os que pareciam ser mais grave eram aqueles que punham em confronto o poder de Buenos Aires e o

¹ José Gervásio Artigas (Montevidéu 1764 – Assunção 1850) Herói das lutas pela independência do Uruguai.

poder das províncias, no interior do país, na verdade, era no plano econômico que se cristalizavam estruturas concorrentes que iriam marcar a história da Argentina pelo resto de seus dias. Os enfrentamentos militares, como expressão mais visível da discórdia que dominava o país, desorganizavam toda a ordem interna, principalmente a produção das regiões mais distantes da cidade de Buenos Aires, já então o centro de gravidade da vida econômica, política e cultural do país.

Os republicanos, liderados por San Martín acabaram por assumir uma Constituição centralista que, ainda que garantisse às províncias o direito de examiná-la e reformá-la, não foi aceita unanimemente. Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes e a Banda Oriental (Uruguai) não juraram a Constituição de 1819 por se manterem fiéis ao federalismo. Uma a uma as demais províncias se juntaram à oposição a uma ordem constitucional que privilegiava o governo central e assim, a cada confronto militar, Buenos Aires perdia sua autoridade sobre o território nacional como um todo. Em contrapartida as províncias não ganhavam mais poder. Pelo contrário, as tensões políticas reinantes provocavam uma crescente decomposição das estruturas política e econômica que sustentava a nacionalidade no interior do país. “Los hombres de Buenos Aires no habían sabido comprender cuál era la verdadera realidad social del país con sus problemas locales y sus legítimas aspiraciones de gobierno. El sistema del centralismo puesto en práctica desde los días iniciales de las luchas por la independencia, demostraba el profundo error del procedimiento. Los hombres del interior anhelaban un derecho de igualdad y un sentido de reconocimiento a su capacidad regional.”(Aramburu, 1943/186)

A incompreensão, por parte do governo central, dos verdadeiros problemas e aspirações das províncias, saudosas de seus privilégios do passado, quando uma economia rural de exploração extensiva garantia os ganhos fáceis e o conforto de uma reduzida classe de proprietários, foi causa do desentendimento e do caos político que se alastrou por todo o país. O estado de guerra civil, originado já a partir do 25 de maio de 1810, desorganizou a economia e desgastou as finanças de tal forma que Pueyrredón, chefe do Executivo, e seus ministros deixaram de comparecer à cerimônia oficial de juramento à Constituição no 25 de maio de 1819, por falta de vestimentas adequadas à solenidade do ato. O mesmo aconteceu à tropa que faria a apresentação de armas, que não compareceu “por el estado de desnudez en que encontraba por carencia de uniformes.”(Aramburu, 1943/87)

Naqueles anos a Argentina começava a experimentar, cada vez menos, a discreta presença estrangeira, principalmente inglesa, em suas decisões e, em contrapartida, cada vez maior necessidade de apoio financeiro do Banco de Londres para sustentar suas ações de governo.

A independência significou para a Argentina muito mais do que simplesmente a ruptura de seus vínculos com a Espanha. Ela trouxe uma desorganização significativa da velha ordem oligárquica. A política e a economia exigiam novas bases, e isto significou consequências sociais e culturais que iriam marcar sua formação histórica definitivamente. Aquele movimento foi responsável também pela acelerada aproximação e subordinação das elites argentinas, especialmente as *porteñas*, aos interesses do emergente capital inglês.

A subida ao poder de Juan Manuel Rosas em 1829, do qual a história registra mais as crueldades praticadas em seu nome do que seus outros feitos, pode ser entendida no contexto da anarquia em que se encontrava a sociedade argentina, dez anos após o juramento da Constituição republicana. Rosas era um federalista que assumiu o governo da nação em nome da conciliação de interesses opostos: de um lado o porto de Buenos Aires, de outro o interior.

Mediante uma lei aduaneira criou restrições à importação de produtos oriundos da França e da Inglaterra. Menos do que a paz interna as primeiras conseqüências desse ato foram as tentativas de invasão militar e de bloqueio do porto de Buenos Aires perpetrados por aquelas duas potências européias. As vitórias alcançadas por Rosas só adiaram a submissão da economia argentina aos interesses dos capitais estrangeiros.

O exemplo mais expressivo do “ataque especulativo” à soberania argentina, praticado na forma que lhe era própria naquele momento, foi a ocupação das ilhas Malvinas pelos ingleses, secundado pelos norte-americanos, em 1831 e consumado em 2 de janeiro de 1833, poucos dias após Rosas deixar o governo federal em 8 de dezembro de 1832.²

Os unitários há algum tempo haviam deixado de ser republicanos e contavam com o apoio aberto das potências européias para a instauração de um regime monárquico na Argentina, onde mais uma vez se destacavam as ingerências da Inglaterra.

Ainda sob o governo de Rosas, foi firmado o “Pacto Federal”, em 4 de janeiro de 1831, marco de referência para o federalismo argentino até os dias atuais. O “Pacto”, que reunia Santa Fé, Entre Ríos, Corriente e Buenos Aires, falava de paz, amizade e união entre as províncias, reconhecendo reciprocamente sua liberdade, independência, representação e direitos. Também se obrigavam, em conjunto, a resistir a qualquer tentativa de invasão estrangeira e constituíam uma “Liga de Alianzas”, ofensiva e defensiva contra qualquer forma de agressão que ameaçasse a integridade do território nacional. (Aramburu, 1943, 301) Em fevereiro do mesmo ano foram convidadas outras províncias a constituir uma federação. San Luis e Santiago del Estero aceitaram o convite, La Rioja e Tucumán somente declaram ter recebido o convite, Salta, San Juan e Catamarca nem isto fizeram. A pacificação interna da nação argentina ainda estava muito distante. Sob o governo despótico de Rosas as províncias do interior do país permaneceram em estado de grande tensão.

A vitória de Urquiza sobre Rosas, no início de 1852 foi um fato de grande significado histórico, mas ainda não foi o estabelecimento da paz tão esperada. Urquiza convocou uma constituinte que, contrariando princípios federalistas, estabeleceu a centralização e a autoridade do governo, além de transferir a capital do país para a cidade de Paraná, na província de Entre Ríos.

A Constituição argentina de 1853, resultado de importantes contribuições doutrinárias, onde se destaca a de Juan Bautista Alberti. Ela teve características muito próprias e estava destinada a durar mais de um século. O país conheceu, desde então, uma realidade formal em que coexistiam um governo central, detentor de expressivo poder, com uma unidade nacional confederativa.

Buenos Aires se rebelou, face a perda de autoridade que lhe era imposta, e recusou jurar a nova constituição. O conflito com os *porteños* só teve fim quando as tropas de Urquiza, em 11 de novembro de 1859, finalmente, lograram forçar Buenos Aires a se integrar à Confederação. Quase uma década mais tarde, em 1867, apesar das diversas ações políticas e administrativas, o retorno do governo da República para Buenos Aires e o reestabelecimento da capital federal naquela cidade portuária, acabou por ter uma solução *de facto*. *De jure* a cidade de Buenos Aires só se tornou capital da província de mesmo nome.

² O afastamento definitivo de Rosas do poder, no entanto, só ocorreu muitos anos mais tarde, quando Justo José de Urquiza, governador de Santa Fé, apoiado por tropas uruguaias e brasileiras, o derrotou na batalha de Caseros, no dia 3 de fevereiro de 1852.

Urquiza tratou de estabelecer uma política externa que deveria reconstruir a imagem do país, “destrozada por el gobierno tiránico de Rosas”. Assim, além de estabelecer relações diplomáticas, assinou tratados com a França, Inglaterra e com os Estados Unidos, permitindo àqueles países a livre navegação dos rios Paraná e Uruguai. Naquele momento os capitais norte-americanos já se faziam tão presentes na região do alto Paraná que, motivado por reivindicações da empresa estado-unidense Hopkins o presidente James Buchanan determinou que navios de guerra subissem o Paraná, em uma ameaça frontal à Assunção. Foi Urquiza quem mediou o conflito entre o Paraguai e os Estados Unidos, tornando-se alvo de públicos elogios do presidente norte-americano.

Na seqüência dos grande acontecimentos políticos, que influenciaram o destino histórico da Argentina no século XIX, deve ser lembrada ainda a guerra de extermínio contra o Paraguai. De 1865 a 1870, a Tríplice Aliança, formada pela Argentina, Brasil e Uruguai, deu combate sem trégua às forças paraguaias. A luta foi travada contra um país que havia se tornado bem sucedido economicamente, permanecendo isolado do resto o mundo e, ao contrário de seus vizinhos, era dono de suas ferrovias, de seu telégrafo e de sua indústria siderúrgica. Todas propriedade britânicas nos outros casos. A Tríplice Aliança contava com o apoio dos Estados Unidos, da Europa e, mais uma vez, sobre tudo da Inglaterra, representada pelo banco Bering Brothers. Ao final do conflito mais de 60% da população paraguaia havia sido dizimada, principalmente os homens.

O fim da guerra contra o Paraguai coincidiu com um momento importante na vida econômica da Argentina. A vitória lhe havia dado prestígio internacional e confirmado a autoridade de Buenos Aires na região da Bacia do Prata. O princípio da livre concorrência, que produzia tantos ganhos para o capital, e o próprio capital, que se multiplicava na Europa, logo chegaram ao porto de Buenos Aires. Eles se materializavam em investimentos em ferrovias, que passaram a se estender para o interior do país em todas direções; em infraestrutura portuária, permitindo um aumento significativo da capacidade de movimentar mercadorias que chegavam e que saíam; em comunicação, através do telégrafo e, logo a seguir, do telefone. Mas o que era mais importante naquele momento, é que os novos capitais traziam uma inovação tecnológica que iria revolucionar a economia argentina: a indústria frigorífica.

Os índios da Patagônia e do Chaco já não constituíam mais um obstáculo a inovação da pecuária extensiva que estava por acontecer. Havia sido praticamente exterminados em nome da civilização e do desenvolvimento.

A economia argentina, como já foi observado, se apoiou desde sempre na potencialidade extraordinária de suas terras, principalmente para a produção do setor pecuário: ovinos e vacuns. A exportação de couro e lã foi a forma tradicional de sua participação no comércio internacional. O interesse pela produção do couro e da lã era então determinante das características dos animais criados nos campos argentinos. No momento em que a indústria frigorífica deu condições técnicas para que, além do couro, da lã e da carne salgada, esta em valor muito menos expressivo, fosse possível exportar carne congelada, a produção do campo sofreu um enorme acréscimo no seu potencial econômico e passou a exigir novas características dos animais. Eles deveriam apresentar uma produtividade de carne, de pouca importância até então, e características de paladar que atendesse os padrões do mercado europeu, especialmente o britânico, seu maior consumidor. A consequência foi a substituição gradativa dos animais crioulos, isto é, sem raça definida, por animais de raças específicas, tanto ovelhas como vacuns, geralmente de origem nas ilhas britânicas. Foi um processo longo, que levou várias décadas para chegar a uma proporção significativa na

relação entre animais sem raça e de raças definidas, com características para a produção de carne, no caso dos vacuns e de carne e/ou lã para as ovelhas.

O acompanhamento desse longo período de conversão da economia argentina, que se desenvolveu, de forma mais intensa, na segunda metade do século XIX, passando de exportadora de couro e lã, basicamente, para a inclusão da exportação de carne, que ao final viria ser o principal produto ofertado pela Argentina no mercado internacional, é importante na medida em que ele representa, ao mesmo tempo, uma transição política nas relações internas do país.

O principal agente das mudanças foi o capital inglês. Já presente na economia argentina, com investimentos em infra-estrutura, foi ele o responsável pela instalação da indústria frigorífica, numa situação, praticamente, de monopólio (Ortiz, 1974/184). Facilidades materiais e vantagens econômicas foram determinantes da escolha da região de Buenos Aires e arredores para instalação dos grandes frigoríficos, que deveriam destinar sua produção quase que exclusivamente aos mercados europeus. Isto produziu um duplo efeito: de um lado aumentou ainda mais a importância econômica do porto da capital federal e, por outro, deslocou uma parte considerável da produção pecuária para as proximidades de Buenos Aires, uma vez que as terras ali tinham as mesmas características de regiões mais distante, nas províncias do interior do país.

Os efeitos multiplicadores da indústria frigorífica para exportação de carne imprimiram grande dinamismo na economia argentina. Ao lado da produção pecuária se desenvolveu a agricultura, com as culturas do trigo, milho e linho. Ainda que crescendo de forma concentrada, o mercado interno aumentou bastante a sua capacidade de consumo. A infra-estrutura portuária e de transporte marítimo, fluvial e ferroviário foram atingidos diretamente pela pressão das exportações e, aos poucos, também da importações. Toda a sociedade se modernizou e com isto se acentuou, cada vez mais, aquela que vinha se constituindo a característica mais marcante do país, ou seja a concentração da economia e da população em torno da capital Buenos Aires.

Apesar de que, em alguns momentos, algumas províncias pareciam superar a inércia em que haviam caído, recuperando alguns indicadores de desenvolvimento, principalmente aquelas mais próximas ao rio Paraná, observado o comportamento de suas economias por períodos mais longos, ficava evidente que, o que aumentava sempre mais, era o atraso relativo em que tinham entrado, considerando-se o crescimento acelerado da região de Buenos Aires. (Conde, Gallo, 1967/35)

É importante lembrar que em pleno período de expansão do comércio de exportação de carne, sendo a Grã Bretanha o principal mercado comprador da Argentina, assim mesmo sua balança comercial com aquele país europeu era sempre negativa, como era negativa também com os Estados Unidos e com a Itália. (Ortiz, 1974/335)

A dependência de investimentos, de tecnologia, de mercado e, por fim, de créditos só aumentava a presença britânica nas decisões de política interna da Argentina, fato que, em função dos interesse convergentes das atividades econômicas instaladas em torno do porto e os capitais que chegavam ao país, favorecia a tendência a um afastamento cada vez maior entre Buenos Aires e o interior - as províncias. (Ortiz, parte quarta) Outro dado importante a ser considerado, para que se possa entender não só a distribuição das atividades produtivas como os interesses em jogo é a participação do capital estrangeiro nas atividades internas do país naquele período. O censo nacional de 1895 identificou 19.000 empresas, das quais 84% pertenciam a estrangeiros. Na capital federal e nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé,

Entre Ríos e La Pampa aquele índice passava de 90%. Tal presença acachapante de proprietários estrangeiros na economia argentina só foi se mostrar sensivelmente modificada, em favor de proprietários nacionais, no censo de 1935. Se em 1935 já não era a mesma a relação entre capitais estrangeiros e capitais nacionais, no entanto a concentração das atividades econômicas permanecia inalterada ou mesmo em movimento crescente. A cidade de Buenos Aires, e não a “grande Buenos Aires”, detinha em relação a todo o país, segundo o mesmo censo já citado, 32% da indústria, 32% da força motriz instalada, 47% dos empregados em atividade, 50% da massa salarial paga, consumia 42,3% das matérias primas e era responsável por 43,3% da produção econômica. (Ortiz, 1974/579-80)

Além das contradições internas, o desenvolvimento econômico da Argentina se encontrava sob permanente dependência das flutuações da economia européia e, particularmente, do mercado britânico como seu principal comprador. As crises, que ocorriam de tempos em tempos, mesmo que fugindo em parte ao controle das políticas nacionais, atingiam diferentemente a sociedade. A crise de 1890, por exemplo, provou uma forte revolta popular e deu condições para a criação de um novo partido, a União Cívica Radical, que chegada ao poder com a presidência de Hipólito Yrigoyen, em 1916, passou a marcar a política argentina com suas propostas de reformas sociais.

A vida política argentina foi marcada, desde cedo, por fortes tensões. Yrigoyen teve que enfrentar em 1919 grandes movimentos de insatisfação na sociedade. A “semana trágica” representou o momento mais tenso dos conflitos sócio-políticos. Tropas oficiais metralharam operários em greve nas ruas, ao mesmo tempo em que comandos civis de ultra-direita, de oposição ao governo, atacaram o bairro judeu em busca de “bolcheviques”.

Superada a crise dos anos 90 do século XIX, a Argentina teve um expressivo crescimento econômico. (Conde, Gallo, 1967/33-49) Assim, ficaram reforçadas algumas de suas características estruturais ao mesmo tempo em que tinham início novas tendências. No período que se encerrou com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, a presença dos capitais ingleses chegaram ao seu maior peso relativo, detendo 2/3 dos investimentos estrangeiros totais na economia argentina. Eles se concentravam em infra-estrutura, portos e ferrovias, na indústria frigorífica e nos bancos. Eram ainda os maiores credores da dívida pública do país. (Ortiz, 1974/676) No mesmo período, ao mesmo tempo em que se acentuava a concentração das atividades econômicas na exportação de produtos agropastoris, que representavam mais de 95% das vendas ao mercado exterior, os produtos agrícolas, gradativamente, iam tomando o lugar dos produtos pecuários. As exportações da Argentina para o mercado britânico continuaram crescendo até 1929, mas suas importações foram deslocadas sensivelmente para os fornecedores norte-americanos, gerando um déficit na balança comercial com os Estados Unidos que nunca mais pode ser revertido. (Ortiz, 1974/680)

Nos primeiros anos do século XX, quando a Argentina podia ser considerada um dos países desenvolvidos e, com base a diferentes indicadores sócio-econômicos, certamente o mais desenvolvido entre os latino-americanos, de fato, sua realidade, quando examinada região por região, era bastante diferente. Em outras palavras, o que se dizia da Argentina não correspondia ao país, como um todo, mas somente à província de Buenos Aires. Apesar da forte imigração ocorrida entre 1910 e 1920, regiões como o Centro, o Oeste e o Norte, nesta ordem crescente, perderam posições relativas expressivas com respeito a distribuição da população total do país. A região Sul não era sequer considerada nas estatísticas da época. Buenos Aires se firmava como polo concentrador da população, chegando a índices próximos a 70% do total (Ortiz, 1974/501-545). Outra característica importante da sociedade argentina ao longo de sua história foi a de que, embora com suas atividades econômicas altamente

concentradas na produção do setor primário agropastoril, sua população economicamente ativa esteve sempre distribuída de forma equilibrada. As atividades no campo, mesmo que sem mecanização expressiva, não exigiam grande concentração de mão de obra. Por sua vez, a concentração da população no centro urbano de Buenos Aires criava uma demanda por serviços. Isto tinha como resultado o fato de que nas primeiras décadas do século XX a força de trabalho já estivesse ocupada em aproximadamente 1/3 para cada um dos setores da economia com uma pequena vantagem para o terciário.

Se a economia era a base do poder político, a concentração populacional tornou-se o elemento legitimador definitivo da ascendência das decisões de Buenos Aires sobre o resto da nação argentina.

Deve ser observado que o porto de Buenos Aires era a única porta pela qual podiam entrar os imigrantes que chegavam ao país. Igual monopólio era exercido sobre o comércio – importação e exportação – de diversos produtos, que somente ali podiam ter os seus despachos alfandegários. Isto não só fazia parte de uma realidade como reforçava ainda mais o processo de concentração das atividades econômicas. A capital federal concentrava quantidade e qualidade da força de trabalho de forma completamente desproporcional ao resto do território nacional. A mesma coisa ocorria com a produção econômica, representada por mercadorias, transporte, comércio e outros serviços. Se somarmos à província de Buenos Aires as atividades próximas do rio Paraná (Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes) verificamos que em 1914 83% das empresas, 82% dos capitais, 82% da produção e 89% da população do país estavam compreendidas nessa grande área. (Ortiz, 1974/562)

A crise de 1929 teve graves conseqüências para o país. No plano econômico ela serviu para encerrar o ciclo do modelo agroexportador. No político levou a deposição de Yrigoyen, então em seu segundo governo, e foi causa, igualmente, da subida do general José Felix Uriburu à presidência. Uriburu tratou de reestabelecer os privilégios das classes dominantes e os laços estreitos com a Grã Bretanha, o que não foi suficiente para desbancar a posição que os Estados Unidos haviam adquirido ao longo da segunda década do século XX, enquanto fornecedores de mercadorias e tecnologia para o mercado argentino.

Em 20 de fevereiro de 1932 assumiu a presidência, em pleito antecipado e em meio a denúncias de fraude eleitoral, o general Augustín Pedro Justo. Os governos que sucederam a Justo só acentuaram as posições conservadora e de subserviência ao capital internacional. Naquele momento os Estados Unidos e a Grã Bretanha já disputavam claramente a hegemonia sobre a economia argentina. Os britânicos ainda lideravam no estoque de capitais investidos no país, com mais de 50%, mas os norte-americanos aumentavam rapidamente sua participação no comércio internacional da Argentina.

Até o final dos anos 30 uma aliança conservadora assegurou a forte influência do capital internacional nas decisões de política interna argentina. O país seguiu como um território de reprodução do capital internacional, produzindo mercadorias no setor primário, principalmente alimentos para os mercados do hemisfério norte.

A Segunda Guerra Mundial favoreceu uma rápida industrialização por substituição de importações. No campo político, frente a um cenário em que a Alemanha, que desde a Primeira Guerra Mundial havia se mostrado um mercado importante, voltava a ser um ator central das relações internacionais, alianças, até então pouco prováveis, se tornaram realidade. Foi um momento em que a burguesia, o proletariado e as Forças Armadas argentinas, num movimento que vinha ganhando terreno há algum tempo, se uniram para ocupar o poder. O

resultado concreto foi a eleição do coronel Juan Domingo Perón, então ministro do trabalho de Edelmiro Farrell, presidente da república em 1946 com 55% dos votos.

3. O PASSADO MAIS RECENTE

A chegada de Perón à presidência marcou de forma definitiva a história da Argentina da segunda metade do século XX. Este é um fato sobre o qual parece não haver divergências. O que pode merecer um debate é a conceituação do peronismo, uma vez que não raro ele é visto como uma forma de fascismo. Tal discussão pode contribuir para a compreensão da realidade argentina, ainda que ela não seja uma condição necessária para as limitadas pretensões deste trabalho. Como veremos, a trajetória do justicialismo³ é tão cheia de contradições que só sua análise exaustiva seria capaz de evitar confusões e produzir uma contribuição positiva ao esclarecimento da realidade argentina num nível de abordagem que não cabe aqui. Como disse de início, minha tese é de que a crise da Argentina é resultado de um longo processo de formação histórica, em que o justicialismo é só um capítulo. Inicialmente mais uma consequência do que uma causa. Situação que vai se alternando ao longo dos últimos 50 anos e faz dele, já agora, desde de há um bom tempo, protagonista da própria crise.

Tanto o primeiro, quanto o segundo governo de Perón são ricos em fatos que caracterizam seu autoritarismo, sua pretensão de monopolizar a representação política, manifestações de culto a personalidade do chefe, de exaltação da coletividade nacional, de desprezo pelos valores liberais e, ao mesmo tempo, de uma oposição frontal ao socialismo e ao comunismo. Tudo isto em nome de um sistema de tipo corporativo, de colaboração entre as classes. O justicialismo esteve marcado ainda pelo esforço permanente de mobilização de grandes massas populares, em particular daquelas organizadas em sindicatos. Recorreu a repressão física e ao terror para combater seus opositores, montou um aparelho de propaganda baseado no controle da informação e dos meios de comunicação. Ele praticou um crescente dirigismo estatal da economia, que, nem por isto, deixou de ser de tipo privado. Por fim, o justicialismo fez por confundir estruturas do partido com estruturas do Estado, comprometendo, nas diferentes instâncias de poder, ideológica e administrativamente, atividades meio e atividades fim.

Por todos estes elementos, seria simples rotular o peronismo/justicialismo de fascismo. Isto, no entanto, não acrescentaria muito no âmbito desta análise. Prefiro, assim, buscar um conhecimento das consequências do peronismo na história da Argentina independente de rótulos, concentrando minha atenção em suas características e contradições.

Perón inaugurou a política do justicialismo, que contrariava frontalmente os interesses do capital internacional, referindo-se de forma direta aos capitais ingleses. Seu governo nacionalizou os serviços públicos e as companhias de comércio exterior, de gás, de telefone, as estradas de ferro e os bancos; criou a primeira empresa aérea argentina e aumentou a participação da empresa nacional de navegação no transporte de cabotagem e transoceânico. Internamente promulgou uma avançada legislação social, que elevou rapidamente a participação dos salários dos operários a 50% da renda nacional, além de conceder o voto às mulheres. Promoveu ainda a formação de corporações de empregadores e empregados, com quem negociou não só as medidas de política interna como de política externa, com vistas a uma “terceira posição” frente aos blocos formados em plena “guerra fria”. Assim, anunciava

³ Justicialista foi o nome dado ao partido de Perón, cujas principais bandeiras de luta eram: uma nação socialmente justa, economicamente livre e politicamente soberana. (Mitre, 1987,8)

em seus pronunciamentos: “Cuando se dice pueblo, somos nosotros; cuando se dice aristocracia, capitalismo y otras calificaciones, son ellos” (Perón: discurso de 21 de agosto de 1945, citado por Mitre, 47)

A mensagem de Perón era nacionalista e popular. De um lado ela respondia à quebra da neutralidade, mantida pela Argentina durante todo o período que durou a Segunda Guerra Mundial, em consequência de fortes pressões externas. Por outro, na Secretaria do Trabalho, ele havia assumido a tarefa de organizar as massas de trabalhadores urbanos fora dos sindicatos dominados por socialistas, comunistas e anarquistas. Desta forma Perón ganhou espaço e representou algo de novo no cenário político da Argentina. Sua política atendia a anseios presentes na sociedade que as velhas oligarquias já não podiam contemplar, nem mesmo os radicais eram capazes de responder às demandas que vinham de amplos setores da sociedade argentina. Com Perón “apareceu a esperança de uma nova Argentina.” (Luna, 1995/141)

Perón cumpriu o primeiro mandato, de 1946 a 1952, e foi reeleito, ficando no poder de 1952 até setembro de 1955, quando renunciou. Seus dois governos foram autoritários, trunculentos, implacáveis com seus adversários. Mesmo que errático em suas políticas, particularmente em questões econômicas (Luna, 1995/144-149, Alcuña, 1961/246-248), teve seu mandato renovado em 1951 com mais de 60% dos votos. Sua personalidade carismática, apoiada por sua mulher, Evita, não menos arrebatadora com seus discursos inflamados, conseguiu fanatizar a sociedade argentina e, se bem que contando com amplo apoio popular, na verdade provocou uma divisão profunda entre os argentinos. Fato que pode ser observado até o presente.

Paulatinamente Perón inflamou a alma da nação. Após sucessivos choques com as oligarquias, de um lado, e com as forças políticas de esquerda de outro, no plano interno, suas ações se tornaram confusas e reativas. Isto se tornou mais acentuado depois da morte de sua esposa, ocorrida no início de seu segundo mandato, em meados de 1952.

Em 1954 o país enfrentou um clima politicamente confuso, de grande tensão, se pode dizer que de pré-convulsão social. Greves de empregados e também de patrões nem sempre tinham um posicionamento claro, se a favor ou contra o governo. As políticas peronistas começaram a perder o efeito que havia arrebanhado tantos adeptos. Se de um lado os trabalhadores tinham uma maior participação na riqueza do país, de outro o Estado não dispunha mais de recursos para sustentar suas políticas de distribuição. O *superavit* que a economia argentina tinha acumulado durante a guerra, havia sido gasto completamente. A distribuição não se deu com base em um aumento de produtividade, nem tão pouco tinha havido uma inovação tecnológica que pudesse sustentar o desenvolvimento econômico necessário à manutenção das políticas de melhor distribuição da renda nacional.

O conflito entre Perón e a Igreja Católica acrescentou mais um elemento de instabilidade ao quadro político de seu segundo governo. Os partidários do justicialismo e seus opositores se enfrentavam nas ruas de Buenos Aires e das principais cidades do país em choques violentos, muitas vezes com vítimas fatais. Os peronistas se confrontavam tanto com partidários das esquerdas quanto com representantes das oligarquias ou simplesmente com os militantes dos partidos de oposição ao governo. O momento culminante foi o massacre da Praça de Maio, vitimando entre 200 e 300 pessoas. (Luna, 1995,165)

Perón já não continha as massas de seus adeptos, que se mostravam confusos diante das políticas divulgadas a cada novo momento. Isto ficava particularmente evidente nas relações do governo com os sindicatos.

No plano externo a situação também mudou rapidamente. O caso mais expressivo se deu em torno do problema da Guatemala. Um governo progressista naquele país foi deposto, em 1953, por ingerência dos Estados Unidos. Seus antigos mandatários, confiante no que se dizia de Perón, procuraram asilo na Argentina. Ao chegarem em Buenos Aires, para surpresa de muitos, foram todos presos e confinados, numa clara demonstração de que política externa peronista na região procurava sintonia com a norte-americana. (Luna, 1995/160) Fatos como esse nunca foram bem entendidos dentro do país e sequer foram explicados de forma a desfazer mal-entendidos, contribuindo assim para gerar cada vez mais incompreensões e conflitos entre partidários e opositores do peronismo.

Com apoio decisivo dos Estados Unidos, que tinham seus interesses contrariados na Argentina, Perón foi derrubado por um movimento liderado por Pedro Aramburu. A autodenominada “Revolução Libertadora” deflagrou um conflito sangrento e cheio de ódio. “Agir com máxima brutalidade” (contra os peronistas) era a consigna de um de seus líderes, o general Eduardo Lonardi, que foi imposto presidente provisório da República logo após a vitória dos golpistas (Luna, 1995/170). Perón praticamente não resistiu ao golpe. Sentindo-se seriamente ameaçado, pediu asilo na embaixada do Paraguai, evitando assim a resistência de seus correligionários, o que mergulharia o país numa guerra civil. Uma vez no exílio, ele escolheu para seu destino final a Espanha de Franco. Esse era só mais um gesto de uma personalidade política que a cada momento mergulhava mais em suas contradições.

Os anos de Perón presidente foram suficientes para permitir que conflitos de toda a ordem - históricos, institucionais, políticos-ideológicos, de classe, religiosos e mesmo locais - aflorassem na sociedade argentina. Nunca mais o país conheceu paz. A Argentina vive, desde então a impossibilidade de superar as ambigüidades de um líder e de sepultar um cadáver político. “Qual Perón seria autêntico? O que nacionalizou os trens ou o que negociava uma enorme concessão petrolífera na Patagônia? O que propunha uma terceira posição ou o que buscava desesperadamente o apoio dos Estados Unidos? O da justiça social ou o que recortava as conquistas sociais no Congresso da Produtividade? O que falava de conciliação ou o que prometia ‘cinco contra um’?” (Luna, 1995/177) Para críticos da realidade argentina, como Luna, a “Revolução Libertadora” salvou Perón de cair em declinações e inconseqüências cada vez mais profundas.

A doutrina de “segurança nacional”, adotada por Aramburu, pretendeu uma volta à situação da Argentina anterior à 1945, só que tendo então os Estados Unidos no lugar ocupado anteriormente pela Grã Bretanha. Seu governo foi responsável também pelo início de seqüestros e assassinatos por responsabilidade do Estado na história do país.

A renúncia de Perón livrou a Argentina de uma guerra civil, de um banho de sangue, mas não impediu que as divergências políticas tivessem se tornado graves desavenças, que adversários tivessem se tornado inimigos e que o ódio fosse o sentimento dominante na relação entre peronistas e não-peronistas. Ao invés de conciliação o país passou a conviver com reiteradas tentativas de golpes.

Em junho de 1956, velhos peronistas, militares, se insurgiram, com armas na mão, em diferentes pontos do território argentino. Dominados rapidamente por forças legalistas, foram condenados a morte e fuzilados, entre eles o líder do movimento, general Juan J. Valle. Depois de mais de um século de ausência de uma situação limite como aquela, que levou a execução de civis e militares, um sentimento de tragédia se abateu sobre o país, tornando ainda mais fundos os sentimentos de discórdia já presentes na sociedade.

Se, para além do êxito em seu desenvolvimento econômico, que a posicionou em lugar de destaque na comunidade internacional, a Argentina acumulou ao longo de sua história tristezas, mágoas e rancores, estas últimas características só se acentuaram após o início da era Perón. A “Revolução Libertadora” foi incapaz de reverter esse quadro. Pelo contrário, contribuiu para acentuá-lo ainda mais. O resultado é que os conflitos internos da sociedade argentina passaram a consumir, de forma crescente, as energias da nação. É como se, nos últimos 50 anos, a Argentina não tivesse mais tido tempo para olhar para fora, para o mundo que se transformava.

A eleição de Arturo Frondizi, um representante do Radicalismo Intransigente, que chegou ao poder com 49% dos votos, com todos os governos provinciais, com a totalidade do Senado e dois terços dos deputados, que teve o apoio velado de Perón e o voto dos peronistas, talvez por isto mesmo, não significou a conciliação dos argentinos. Frondizi suspendeu a proscrição do justicialismo, enquanto que, seguindo orientação do FMI, desnacionalizou a economia e promoveu políticas de concentração de riqueza. Acabou deposto e substituído pelo general Juan Carlos Onganía.

Com Onganía mais uma vez o justicialismo foi posto fora da lei. As Forças Armadas argentinas se tornaram gendarmes do antiperonismo. (Luma, 1995/178). Sem o peronismo na disputa política oficial, em 1963 chegou à presidência da nação o radical Arturo Illia. Illia renacionalizou parte da economia, abriu contatos comerciais com os países socialistas do Leste da Europa, não aceitou enviar tropas argentinas à República Dominicana, quando da intervenção dos Estados Unidos naquele país do Caribe, enfrentou crescentes choques com os sindicatos peronistas e, por fim, em junho de 1966 foi deposto pela “Revolução Argentina”. Um movimento militar liderado novamente pelo general Onganía.

Onganía significou o autoritarismo burocrático e corporativista, no campo político, o liberalismo no campo da economia, o conservadorismo obtuso na relações internacionais. Onganía, tomado de pretensões messiânicas, consagrou a Argentina ao “Sagrado Coração de Jesus” e proibiu as atividades políticas em todo o território nacional. Interveio nas universidades, promovendo expurgos ideológicos, e destituiu os dirigentes, peronistas, da Confederação Geral dos Trabalhadores. Sob seu governo a economia se desnacionalizou ainda mais rapidamente e as condições materiais de amplos segmentos da população se deterioraram a níveis jamais alcançados em momentos anteriores da história do país.

As tensões sociais resultaram, em 1969, na insurreição popular, liderada pela CGT, que passou para a história com o nome de “Cordobazo”. Abafada pelas forças militares, que impediram sua propagação para outros focos de descontentamento no país, mesmo assim, ela tornou-se origem dos movimentos guerrilheiros, que passaram a fazer parte da realidade política da Argentina desde então. Entre aqueles movimentos um se destacou, o formado pelos peronistas de esquerda.

Em 23 de setembro de 1973, após uma manobra política de alto risco de seus correligionários, Perón foi eleito presidente com 62% dos votos. Seu retorno do exílio, no entanto, não se deu sob o signo da conciliação e da paz. O dia de sua chegada à Buenos Aires (23 de junho) foi marcado pelo “massacre de Ezeiza”: um confronto sangrento entre velhos e jovens peronistas, para o qual contribuiu a intervenção das forças policiais locais.

Perón reatou relações diplomáticas com Cuba, aumentou o comércio bilateral com os países socialistas, defendeu uma OEA independente e levou a Argentina a participar novamente do Movimento dos Países Não Alinhados. No campo interno, entretanto, não

conseguiu evitar os conflitos entre a velha guarda do peronismo sindicalista e as “formações especiais”, como denominava os “montoneros” (guerrilha peronista de esquerda).

Morto Perón, em 1974, assumiu a presidência sua esposa Isabelita, que havia sido eleita sua vice-presidente. Maria Estela Martínez de Perón se manteve no poder até 1976. De fato, quem governou foi o ex-secretário e homem de confiança de Perón, José López Rega. López Rega criou a Alianza Anticomunista Argentina (AAA) e protagonizou uma cruenta perseguição não só a comunistas mas igualmente a peronistas de esquerda.

Em 25 de março uma Junta Militar, chefiada por Jorge Rafael Videla assumiu o governo, dando início a um período de repressão política como o país não havia experimentado anteriormente. Desde então a história da Argentina passou a ter a figura do desaparecido, ou seja, aquela vítima de uma repressão que desconhece as regras mais elementares de civilidade. Para os militares argentinos, no poder durante a década de 70 e início dos anos 80, não era suficiente que o inimigo fosse vencido e morto, ele deveria desaparecer.

O ciclo das Juntas Militares se encerrou em 30 de janeiro de 1984. A sociedade argentina ficou com um saldo de dezenas de milhares de mortos e desaparecidos. Centenas de milhares, especialmente os jovens, deixaram o país para sempre. A economia restou destruída. A abertura do mercado às importações e a falta de inovação tecnológica destruiu a já combatida capacidade de produção do parque industrial argentino. O desinvestimento das políticas públicas, o arrocho salarial continuado, a redução dos rebanhos bovino e ovino, a dívida externa crescente configuravam o quadro de estagnação. Culturalmente os danos não foram menores, a começar pelas universidades, cuja capacidade de ensino e pesquisa foi completamente destruída.

Em 1981, a invasão das ilhas Malvinas, como um ato desesperado da Junta Militar, sob a chefia do general Leopoldo Galtieri, para tentar unificar os argentinos, resultou não só numa derrota militar e no desprestígio internacional do país, como ainda num profundo trauma para toda a nação. Mais uma vez centenas de vidas foram sacrificadas em consequência de decisões políticas marcadas pela irresponsabilidade e pelo desequilíbrio provocados por paixões e ódios.

Raúl Alfonsín, candidato da União Cívica Radical, chegou à presidência em 1983. Venceu com 52% dos votos, contra 40% dos justicialistas. Durante a campanha eleitoral os radicais denunciaram um pacto entre militares e sindicalistas. Longe de paz, entendimento ou conciliação, o governo de Alfonsín conviveu com grandes agitações sociais que levaram sindicatos peronistas a fazer alianças com setores conservadores do empresariado e do meio rural. Na verdade, a participação dos salários na renda nacional continuou a cair todo o tempo, significando que as políticas de concentração de riqueza, já praticadas há tanto tempo, não sofriam alterações. Durante o seu mandato, Alfonsín enfrentou 14 greves gerais, que paralisaram atividades importantes do país. A maioria delas lideradas por diferentes setores do peronismo.

Entre os militares não foi menor o clima de insatisfação e inquietude. O presidente da UCR enfrentou pelo menos quatro tentativas de golpe. Em fevereiro de 1989 um grupo, autodenominado “Todos pela Pátria”, que até então atuava na legalidade, se levantou em armas e atacou um quartel dentro da cidade de Buenos Aires, alegando que assim estava evitando um golpe militar. Os insurgentes foram reprimidos duramente. Derrotados, alguns foram fuzilados sem julgamento, outros “desaparecidos”, os restantes tomados presos.

Na eleições de 1989 foi eleito presidente da República o peronista Carlos Saúl Meném. Com 47,6% dos votos ele venceu o representante radical Eduardo Angeloz, que obteve 38,4%. A profunda crise econômica em que se encontrava o país levou Meném a tomar posse antecipada de vários meses.

No campo econômico Meném retomou a política de privatizações. Com relação aos militares, indultou os responsáveis pela chamada “Guerra Suja”. Nem por isto conseguiu levar conciliação e paz à caserna. Em dezembro de 1990 um levante de suboficiais em Buenos Aires resultou em vários mortos e feridos entre militares e civis. Discórdia foi também o que enfrentou no meio sindical, dividido entre os que apoiavam seu governo e aqueles que enfrentavam suas políticas sociais e econômicas. A Igreja Católica lhe dirigiu críticas abertas.

Em sua política externa o peronista Carlos Meném rompeu relações com Cuba, que haviam sido reestabelecidas por Perón. Agiu no mesmo sentido com respeito a participação da Argentina no Movimento dos Países Não Alinhados. Reatou relações com o Reino Unido, sem insistir numa solução para a questão das ilhas Malvinas. Alinhou-se automaticamente à política externa norte-americana, passando a votar com os Estados Unidos em todos os foros internacionais.

Apesar das reiteradas denúncias de corrupção em seu governo e entre seus aliados nas províncias, o êxito momentâneo de seu “Plano de Convertibilidade”, pelo qual a nova moeda argentina, outra vez o “peso”, passou a valer um dólar, Meném conseguiu se reeleger para um segundo mandato presidencial em 1995.

A morte de seu filho, em um acidente de helicóptero não completamente esclarecido, a prisão domiciliar de seu ex-ministro da economia, o todo poderoso Domingo Cavallo, bem como as denúncias contra o empresário Alfredo Yabrán, feitas pelo próprio Cavallo, que o chamou de “chefe da máfia”, são fatos que apontam para as características de um governo peronista, agora sem Perón.

4. O PRESENTE

O que aconteceu, entre o fim do mandato de Carlos Meném e a chegada ao poder do atual presidente e ex-governador da província de Buenos Aires, o também justicialista Eduardo Duhalde, é uma seqüência, sem solução de continuidade, de tudo que foi dito resumidamente até aqui, na intenção de explicitar alguns componentes muito próprios da realidade argentina.

A crise econômica em que se encontra o país é de tal magnitude que se tornou difícil para o observador identificar o verdadeiro problema. Se o mau desempenho da economia, que tem sido responsável por arrastar milhões de pessoas à miséria, mas que também foi responsável por lucros fabulosos do sistema financeiro até há poucos dias atrás, aparece neste momento como o aspecto principal da contradição, no meu entender ele não é a contradição principal.

O que levou a Argentina à situação em que ela se encontra foi o fato de que, ao longo de sua história, a sua sociedade não conseguiu construir um projeto de nação e, pelo contrário, produziu um tal grau de conflito interno que se tornou extremamente difícil uma conciliação que não seja pela via de um compromisso que, para ter eficácia, deve ser capaz de transcender sua própria história.

Neste sentido o compromisso que vejo mais próximo do horizonte possível, e que serve não só para a Argentina mas também para o Brasil, é o da integração regional. Não nas bases em que se encontra o Mercosul atualmente. Refiro-me a um compromisso que teria como pressuposto a refundação do projeto de integração, mas isto já é tema para uma outro ensaio.

BIBLIOGRAFIA

ACUÑA, Julia Elena y otros

Argentina: 1930 – 1960, SUR, Buenos Aires, 1961

AGUINIS, Marcos

O atroz encanto de ser argentino, BEI, São Paulo, 2002

ARAMBURU, Julio

Historia Argentina, El Ateneo, Buenos Aires, 1943

AYERBE, Luis F.

Neoliberalismo e política externa na América Latina. Uma análise a partir da experiência argentina recente, UNESP, São Paulo, 1998

CONDE, Roberto C. y GALLO, Ezequiel

La formación de la Argentina moderna, Paidós, Buenos Aires, 1982

HERNANDÉZ, José

Martin Fierro, Ediciones Latinoamericanas, Buenos Aires, 1973

LUNA, Felix

Breve história dos argentinos, Instituto Cultural Brasil- Argentina, Rio de Janeiro, 1995

MALGESINI, Graciela y ALVAREZ, Norberto

El Estado y la economía, 1930-1950 (II), Centro Editor de América Latina, Buenos Aire, 1983

MITRE, Oscar S.

Peronismo, una doctrina, una historia, una militancia, Ediciones del Tercermundo, Buenos Aires, 1987

ORTIZ, Ricardo M.

Historia económica de la Argentina, Plus Ultra, Buenos Aire, 1974

SARMIENTO, Domingo F.

Facundo, Losada, Buenos Aires, 1963